

A implantação das políticas afirmativas na educação superior: o caso da Lei 12.711/2012 na UFGD

Aline Anjos da Rosa

Problemática

O presente trabalho é uma síntese do projeto inicial da pesquisa de mestrado que toma como objeto de estudo a implantação da política de inclusão racial e social denominada de *reserva de cotas* nas instituições federais de ensino formalizadas através da Lei 12.711/2012, trazendo como estudo de caso, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), localizada no estado do Mato Grosso do Sul.

Em 29 de agosto de 2012 a presidenta Dilma Russef, sancionou a Lei 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto 7.824/2012 e pela Portaria Normativa 18/2012, formalizando a políticas de cotas em todas as instituições federais de ensino, passando a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno para alunos oriundos integralmente do ensino médio público. De acordo com a Lei, metade desse percentual deve ser destinada a candidatos que comprovarem renda mensal de até 1,5 salário mínimo por membro da família. A lei também estabelece uma proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

A reivindicação da necessidade de realizar reserva de cotas para grupos excluídos da educação superior pública é parte da pressão exercida pelo movimento social negro, como também, por organismos internacionais de combate à discriminação racial, como a Conferência Mundial de Durban de combate ao Racismo, realizada na África do Sul em 2001, tornando possível a implantação de reserva de cotas no sistema federal de ensino.

A Educação Superior brasileira, historicamente, possui traços elitistas, embora uma série de programas e ações para alterar esse quadro esteja em curso no país. Assim a primeira década do século XXI a Educação Superior brasileira é marcada por um novo processo: a expansão do sistema federal e, ao mesmo tempo, a implantação de políticas de inclusão racial e social pelas instituições públicas de ensino superior. (CERVI, 2013).

A UFGD, criada no ano de 2006, no contexto da expansão do ensino superior brasileiro, desde o ano de 2009, realizava a política de reserva de cotas sociais, destinando

25% de suas vagas em cada curso para alunos oriundos de escolas públicas. Assim, considerando a recente implantação da lei, torna-se relevante que as políticas públicas educacionais sejam analisadas a curto prazo, como forma de controle social, sendo necessário a realização de apontamentos de hipóteses e indícios, estando as constatações sujeitas a novas leituras. (FREITAS; REAL, 2011).

De acordo com Cervi, há uma vasta literatura sobre o tema de política racial, educação e ensino superior no Brasil, com contribuições do campo jurídico, sociológico e educacional. Diante da necessidade de democratização da educação superior, a implantação da Lei 12.711/2012 vem sendo considerada uma aposta para tornar a universidade menos elitista e mais diversa. Compreender as primeiras repercussões dessa aposta na UFGD, oferecendo uma leitura/olhar dessa ação, é a nossa proposta.

Objetivos

Verificar e analisar se a inclusão de cotistas na UFGD contribui para a política de inclusão social, conforme definido pela Lei 12. 711/2012, pelo olhar das políticas públicas. Em sentido mais restrito, busca-se: identificar quais os mecanismos e as estratégias traçadas pela UFGD para assegurar a permanência dos cotistas; verificar a diversificação da composição socioeconômica e etnoraciais na UFGD após a adoção do sistema de cotas; averiguar como é realizada a seleção dos cotistas na universidade.

Metodologia

A pesquisa constitui-se num estudo de caso e situa-se no âmbito do debate sobre a democratização do acesso à educação superior brasileira, por meio das ações afirmativas. Partindo do pressuposto de que o campo de investigação das políticas públicas educacionais apresenta suas próprias dificuldades: “ não escapa a injunção de se lidar com uma matéria difusa, múltiplice, movediça, que, sobretudo, requer disposição e coragem de prescindir do distanciamento temporal necessário à observação mais acurada da realidade”. (FREITAS; REAL, 2011, p.9), propõe-se a construção da seguinte trajetória de investigação: A revisão da literatura, onde se buscará analisar a emergência da política de cotas na educação brasileira, realizando um resgate histórico da trajetória do tema e trazendo o debate dos principais pensadores; realização pesquisa exploratória quantitativa no qual se realizará um

mapeamento da produção científica da comunidade acadêmica brasileira sobre a temática. O estudo terá como lócus empírico a UFGD, e como interlocutores estudantes cotistas, professores, gestores e técnico-administrativos envolvidos diretamente com a política de cotas da Universidade. A pesquisa terá como fonte documental o material produzido ao longo da construção da política de cotas, como relatórios, atas, boletins, resoluções, planos, leis, portarias, decretos, folders, material eletrônico, dentre outros documentos oficiais e institucionais afins. Referente aos dados quantitativos da instituição será solicitado ao Centro de Seleção da UFGD, e à Secretaria Acadêmica, setores responsáveis pela seleção e pela verificação da situação socioeconômica dos alunos cotistas para efetivar a matrícula, respectivamente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Acesso em set de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

CARVALHO. Doracy Dias Aguiar. A política de cotas na Universidade Federal do Tocantins: concepções e implicações para a permanência dos estudantes indígenas. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiás. 2010. Disponível em: http://ppge.fe.ufg.br/uploads/6/original_Dissert-%20Doracy.pdf Acesso em: xx abr de 2014.

CERVI. E. U. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.11 Brasília May/Aug. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/03.pdf>. Acesso em: out de 2013.

FREITAS. D.N.T. REAL. G.C.M. (orgs) Políticas de Monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais. Dourados: Ed. UFGD, 2011, 368p.